

Sérvulo

Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

NA IMPRENSA

Expresso

“Diários de Anne Frank”: domínio público só em 2050

segunda, 28 dezembro 2015





Sêrvulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

NA IMPRENSA

Pensava-se que a 1 de janeiro o diário escrito pela adolescente alemã iria ficar disponível a quem quisesse divulgá-lo. Porém, a Fundação Anne Frank tomou uma decisão polémica: prolongar o controlo do copyright, sob o argumento de que os “Diários”, tal como os conhecemos, são afinal uma versão de Otto Frank.

Anne Frank morreu há 70 anos, em 1945. Foi vítima provável de uma epidemia de tifo em Bergen-Belsen, o campo de concentração para onde fora deportada desde Amesterdão. Se a conhecemos, se o seu nome saiu do anonimato em que milhões de outros permaneceram, é graças ao diário que escreveu enquanto a família permanecia escondida no anexo de um prédio na capital holandesa, ocupada pelos alemães. E graças às mãos que o guardaram quando uma denúncia a entregou aos nazis. Otto Frank, pai de Anne, foi o único sobrevivente do clã. Resistiu ao internamento em Auschwitz e, no fim da guerra, regressou a Amesterdão na esperança de reencontrar os seus. Porém, o que encontrou foi o diário da filha.

O resto fez história. Otto Frank publicou-o — na Europa em 1947 e nos Estados Unidos em 1952 — e o “Diário de Anne Frank” tornou-se num dos relatos do Holocausto mais conhecidos da humanidade, traduzido para 70 línguas e com mais de 30 milhões de cópias vendidas. Porém, o livro que temos na estante não é exatamente aquele que Anne Frank escreveu, mas a junção de dois textos da sua autoria, que Otto Frank fundiu numa única versão. E é com base neste facto que a Fundação Anne Frank, sediada na Suíça e detentora dos direitos de autor sobre a obra, veio agora anunciar que, ao contrário do previsto, esta não irá transitar para domínio público a 1 de janeiro de 2016. Otto Frank, defende a instituição, é coautor da mesma, e a sua morte em 1980 prolonga a propriedade do copyright até 2050.

Autor não é só quem escreve

As reações não tardaram a surgir, em especial por parte das editoras que planeavam a publicação da obra. O domínio público vinha trazer uma nova liberdade a quem quisesse fazê-lo, podendo ser reproduzida, distribuída ou disseminada na Net sem ter de pagar por isso ou



Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

NA IMPRENSA

pedir qualquer tipo de autorização. Agora, continua a ser a Fundação a controlar o destino do “Diário” e a forma como o seu conteúdo vai sendo alvo de investigação e de edição.

“Muitos revisionistas, que têm negado a existência de campos de extermínio, tentaram durante anos atacar o 'Diário'. Dizer agora que este não foi escrito apenas por Anne Frank é enfraquecer o peso que teve ao longo de décadas, enquanto testemunho dos horrores da guerra”, disse ao “The Guardian” Isabelle Attard, procuradora francesa que se prepara para defender a livre publicação do livro em tribunal. Também em França, Olivier Erzscheid, investigador da Universidade de Nantes, qualificou de “falsos” e “legalmente imprecisos” os argumentos da Fundação depois de ele próprio ter publicado online uma cópia da obra, como forma de protesto. Para este académico, “Otto Frank não pode ser considerado coautor do texto”.

Ironicamente, a Fundação Anne Frank concorda com ele. “Otto Frank não é coautor do diário original”, afirmou Yves Kugelmann, um dos seus administradores, garantindo: “O diário é autêntico.” Porém, “após a guerra, Otto Frank fundiu ou compilou as duas versões do diário deixado por Anne Frank, ambas incompletas e parcialmente sobrepostas, numa versão 'amigável' para o leitor. Ele escreveu por cima dos manuscritos, colou-os e cortou-os originando a versão conhecida. O livro que criou merece o seu próprio copyright e ele é o 'autor' dessa versão. Isto não significa que ele a tenha coescrito”, explicou Kugelmann.

O parecer português

“Existem duas obras juridicamente distintas, que são os dois diários que Anne Frank escreveu. O pai criou uma versão usando 42% de um dos diários e 82% do outro. E nesta versão, as escolhas respondem a uma decisão pessoal, tomada de forma criativa”, esclarece Patrícia Akester, especialista em direitos de autor da Clínica de Propriedade Intelectual da Sérvulo, a consultora portuguesa que elaborou um dos mais de 20 pareceres solicitados pela Fundação Anne Frank. Neste caso, diz a advogada, “se a autora foi a Anne Frank, a lei também protege o esforço criativo do pai enquanto compilador, justamente porque houve uma escolha independente”. “Só não entra em domínio público a compilação feita por Otto Frank”,



Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

NA IMPRENSA

enquanto as restantes partes do diário, por ele não incluídas, ficam totalmente acessíveis a 1 de janeiro.

O estatuto de Otto Frank como compilador é o mesmo de Mirjam Pressler, que em 1991 editou uma nova versão do “Diário de Anne Frank”, acrescentando 25% de novo material retirado dos diários originais. O seu trabalho também se encontra abrangido pelo copyright — igualmente detido pelo Fundo — e, quando falecer, este irá vigorar por 70 anos.

Duas perguntas impõem-se: pode a Fundação Anne Frank decidir sem mais o prolongamento dos direitos de autor sobre o diário? “Nesta fase, pode. A lei manda e o intérprete jurídico interpreta a lei. A Fundação limitou-se a anunciar que foi devidamente aconselhada e que tem a noção dos seus direitos. O Tribunal só se pronunciará se, havendo reprodução ilícita da obra em causa, a Fundação intentar ação judicial”, explica Patrícia Akester.

E ainda: por que razão a Fundação faz questão de manter os direitos até 2050? Para muitos dos que contestam a decisão, a resposta reside na obtenção de lucros. “Quanto mais durar a proteção do copyright, mais durará o período em que eles continuarão a pedir dinheiro para a publicação da obra”, acusou Stef van Gompel, professor na área dos direitos de autor da Universidade de Amesterdão. Porém, a Fundação Anne Frank — criada por Otto Frank — reclama que as verbas provenientes desses direitos são doadas a projetos de caridade como a Unicef (só em 2014 essa doação atingiu os 1,5 milhões de euros), o que deixaria de acontecer se perdessem a propriedade dos mesmos. “Somos uma fundação, não uma empresa. Usamos o lucro para caridade e somos voluntários na organização”, garantiu Yves Kugelmann. Para este responsável, o controlo do copyright tem como objetivo principal proteger o legado de Anne Frank: “Quando morreu, era uma jovem com menos de 16 anos. Estamos a protegê-la, é a nossa função.”



Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

NA IMPRENSA

A história única de uma menina como as outras

Anne Frank era uma adolescente quando foi obrigada à reclusão para salvar a vida. Dois anos passou a família fechada num anexo, mas em vão. Em 1944 foram todos deportados. Anne morreu em Bergen-Belsen, de tifo, poucas semanas antes do fim da guerra. E o diário que escreveu foi publicado pelo pai.

A sua história não se distingue da de milhões de judeus que foram perseguidos e deportados durante a II Guerra Mundial. Até num simples pormenor: muitos deles nem sequer eram praticantes da religião à qual culturalmente pertenciam quando o pesadelo nazi irrompeu pela sua vida dentro. A família Frank era alemã, oriunda de Frankfurt, composta por Otto e Edith, os pais, e por Anne e Margot, as duas filhas. Otto Frank interessava-se mais pela escolaridade destas do que pelo respeito pelos preceitos religiosos, pelo que as encorajava diariamente a explorar a enorme biblioteca lá de casa. Em 1933, com a ascensão ao poder de Adolf Hitler, Otto aceitou o convite para iniciar uma empresa em Amesterdão, para onde os quatro se mudaram, somando-se aos 300 mil judeus que fugiram da Alemanha entre 1933 e 1939.

De início, Amesterdão parecia benigna. As meninas foram integradas na escola pública e Otto desempenhava sem problemas as suas funções na Opekta Works, que comercializava extrato de pectina, e depois na Pectacon. Porém, em maio de 1940, a Alemanha invadiu a Holanda. E a ocupação representou o fim da liberdade para os milhares de judeus que aí viviam: Anne e Margot passaram a frequentar o liceu judaico e Otto teve de transferir a sua parte nas empresas para o nome de dois amigos não judeus, afim de que estas não fossem confiscadas pelos nazis. Mas tal não foi suficiente. Em 1942, Margot recebeu um aviso do Central Office for Jewish Emigration, que a urgia a comparecer para ser 'recolocada' num campo de trabalho. E é assim que a família passou a viver escondida num anexo por trás do prédio onde funcionava a Opekta.

A mudança implicou que os quatro percorressem vários quilómetros a pé, uma vez que aos judeus não era permitido servir-se de transportes públicos. E, para não serem vistos a carregar bagagens, fizeram-no vestidos com várias camadas de roupa. O anexo - dois pequenos quartos,



Sêrvulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

NA IMPRENSA

casa-de-banho e uma sala - estava separado do prédio por uma entrada que os novos moradores taparam com uma enorme e pesada estante de livros. As quatro as pessoas que conheciam o seu segredo - e que tudo fizeram para que nada faltasse à família durante os dois anos de reclusão - enfrentavam a pena de morte por dar abrigo a judeus caso fossem descobertas. Os Frank, porém, não viveram sozinhos: pouco tempo depois mais outras duas famílias se lhes juntaram, sofrendo o mesmo destino quando, em 1944, alguém os denunciou: a deportação e a morte.

Nesses dois anos, as diferenças entre as irmãs Frank tornaram-se notórias. Enquanto Margot mostrava ter mais habilidade para ciências e matemática, Anne inclinava-se para as letras. Adorava ler e escrever, e queria ser jornalista. O pai tinha-lhe oferecido um caderno que ela decidiu transformar num diário, o diário do encerro em que vivia. Escrevia sobre tudo: sobre as relações - por vezes tensas - dentro do anexo, sobre o que se passava em Amesterdão, sobre os pormenores de uma sobrevivência enclausurada, sobre o despontar de uma sexualidade adolescente. Numa das entradas, lê-se: "Finalmente percebi que devo fazer o meu trabalho de casa, para não ficar ignorante, para continuar com a vida, para me tornar numa jornalista, porque é isso que quero! (...) E se não tiver o talento para escrever livros ou artigos de jornal, posso sempre escrever para mim própria. Porém, quero atingir mais do que isso. Não consigo imaginar-me a viver como a Mãe e todas aquelas mulheres que trabalham e são esquecidas. Eu preciso de ter alguma coisa em que me ocupar além de um marido e dos filhos! Quero ser útil ou dar emprego a toda a gente, mesmo àqueles que jamais conheci. Quero permanecer viva mesmo após a minha morte! Quando escrevo, expulso todas as minhas preocupações. A minha dor desaparece, o meu espírito revive! Mas, e esta é a grande questão, serei eu capaz de escrever algo de bom?"

A resposta é sim, ainda que ela não tenha chegado a saber disso. Na manhã de 4 de agosto de 1944, quando os nazis chegaram para os prender, o caderno ficou para trás. A família de Anne foi deportada para Auschwitz, mas só Otto viria a permanecer no campo. As mulheres foram realojadas primeiro num campo de trabalho na Alta Silésia e depois em Bergen-Belsen, num transporte onde seguiam 8.000 pessoas. Edith, a mãe de Anne e Margot, morreu de fome



Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

NA IMPRENSA

durante a viagem. As filhas sobreviveram até à epidemia de tifo que assolou o campo em inícios de 1945 e terão sido vítimas dessa doença. Não se sabe ao certo a data da sua morte, mas sabe-se que ocorreu escassas semanas antes de a guerra acabar e de Bergen-Belsen ser libertado, em abril desse ano.

Contra todas as hipóteses, Otto Frank não teve a mesma sorte. Viveu para assistir ao fim da guerra e para regressar a Amesterdão, onde pensava reencontrar-se com os seus. Não o conseguiu. No entanto, Miep Gies - esposa de Jan Gies, sócio de Otto - entregou-lhe o diário de Anne, que recolhera do anexo e conservara após a deportação. O que se segue é conhecido. Otto trabalhou numa versão para publicação, removendo especialmente as partes em que a filha fala dos seus conflitos com a mãe e do despontar da sua sexualidade, e ouviu muitas recusas antes de alguma editora o aceitar. O livro foi editado primeiro em França e na Alemanha, em 1950, e depois nos Estados Unidos, em 1952.

Luciana Leiderfarb